Uma liberdade que se governa

A freedom to be governed

Marcos Nalli

Universidade Estadual de Londrina, Brasil
marcosnalli@yahoo.com

Resumo: Considerando os textos foucaultianos que versam sobre o tema da relação entre liberdade e governo, principalmente seu curso de 1978/79, *La naissance de la biopolitique*, parece que a relação entre estes dois termos tem que ser colocada sob outras perspectivas que aquelas concebidas outrora em termos de usurpação e tirania. O ponto em questão para Foucault é o de perguntar por que, como e sob que condições aceitamos de bom grado ser governados; por que somos capazes de nos sujeitar a ser governados, problema geral do projeto de uma história política da governamentalidade, em tempos neoliberais. O que já implica uma ideia embaraçosa de liberdade, de um vínculo íntimo entre liberdade e governo, de exigir para si uma condição autosenhorial ao mesmo tempo que, numa relação paradoxal, se coloca em subjugo. Tentaremos esboçar alguns contrapontos críticos a esta relação, principalmente a partir da noção de sociedade civil e da leitura da revolta iraniana.

Palavras-chave: Liberdade, Governo, Homo oeconomicus, Sociedade civil, Revolta.

Abstract: Considering the Foucauldian texts that deal with the theme of the relationship between freedom and government, especially its 1978/79 course, *La naissance de la biopolitique*, it seems that the relationship between these two terms has to be placed under other perspectives than those conceived in former terms of usurpation and tyranny. The point at issue for Foucault is to ask why, how and under what conditions we willingly accept to be governed; why we are able to subject ourselves to being governed, a general problem of the project of a political history of governmentality, in neoliberal times. What already implies an embarrassing idea of freedom, of an intimate link between freedom and government, of demanding a self-governing condition for oneself while, in a paradoxical relationship, it is subjugated. We will try to outline some critical counterpoints to this relationship, mainly from the notion of civil society and from the reading of the Iranian revolt.

Keywords: Freedom, Government, Homo oeconomicus, Civil society, Revolt.

Fecha de recepción: 15/03/2020. Fecha de aceptación: 03/06/2020.

Marcos Nalli, brasileiro, é Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), é também professor Associado da Universidade Estadual de Londrina, e docente do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Filosofia da UEL, e do Curso de Mestrado em Psicologia, também na UEL. É autor de Foucault e a fenomenologia (São Paulo, Loyola, 2006), e organizador de três livros, Michel Foucault em múltiplas perspectivas (Londrina, EDUEL, 2013 e 2015), Foucault: desdobramentos (Belo Horizonte, Autêntica, 2016), e Diagnósticos do presente (Maringá, EDUEM, 2018) e vários artigos em periódicos especializados e capítulos de livro. Uma primeira versão deste artigo foi apresentado no Coloquio Internacional Lecturas Foucaultianas del Liberalismo y el Neoliberalismo, no Instituto de Investigaciones Gino Germani, na Universidade de Buenos Aires, em Buenos Aires, Argentina, 2019. O mesmo é consequência parcial das investigações realizadas nos projetos de Pesquisa «A biopolítica como biotécnica» (Bolsa produtividade, processo 305507/2016-8, da Chamada 12/2016) e «A vida como objeto de biopolítica» (Bolsa produtividade, processo 307562/2019-0, da Chamada 06/2019).

1. Introdução

Em certa ocasião, Proudhon, famoso pensador e político anarquista, bradou:

Quem puser a mão sobre mim, para me governar, é um usurpador e um tirano. Declaro-o meu inimigo.

Ser governado é ser guardado à vista, inspecionado, espionado, dirigido, legislado, regulamentado, parqueado, endoutrinado, predicado, controlado, calculado, apreciado, censurado, comandado [...] Ser governado é ser, a cada operação, a cada transação, a cada movimento, notado, registrado, recenseado, tarifado, selado, medido, cotado, avaliado, patenteado, licenciado, autorizado, rotulado, admoestado, impedido, reformado, reenviado, corrigido [...] ser submetido à contribuição, utilizado, resgatado, explorado, monopolizado, extorquido, pressionado, mistificado, roubado; depois, à menor resistência, à primeira palavra de queixa, reprimido, multado vilipendiado, vexado, acochado, maltratado, espancado, desarmado, garrotado, aprisionado, fuzilado, metralhado, julgado, condenado, deportado, sacrificado, vendido, traído e, no máximo grau, jogado, ridicularizado, ultrajado, desonrado.¹

Estamos em outros tempos, em outra época. O governo não é exatamente a usurpação e a tirania inimiga de outrém sobre mim; e há de se perguntar se, de um ponto de vista histórico se realmente o foi em algum momento como quer entender o pensador anarquista. O governo é algo mais complexo, insidioso, sutil e menos *fenomenicamente* violento. Ou melhor, talvez, contrário a Proudhon, jamais governar e ser governado puderam e podem ser entendidos exclusivamente sob a ótica da usurpação e da tirania, numa lógica opositiva entre liberdade e governo.

Indo a textos foucaultianos que versam sobre o tema, principalmente seus cursos de 1977/1978, *Sécurité, territoire, population*, e principalmente 1978/79, *La naissance de la biopolitique*, texto sobre o qual nos deteremos aqui, parece que a relação entre estes dois termos – liberdade e governo – tem que ser colocada sob outras perspectivas que aquelas concebidas outrora por Proudhon, embora não se deva, creio, tomar os dois pensadores como que em contradição. O ponto em questão para Foucault é o de perguntar por que, como e sob que condições aceitamos de bom grado ser governados; por que somos capazes de nos sujeitar a ser governados, problema geral do projeto de uma história política da governamentalidade. O que já implica uma ideia curiosa de liberdade, de um vínculo íntimo entre liberdade e governo, de exigir para si uma condição autosenhorial ao mesmo tempo que, numa relação paradoxal, se coloca em subjugo.

1 PROUDHON, Pierre-Joseph. *Textos escolhidos*. Seleção, tradução e notas de Daniél Guérin. Porto Alegre, L&PM Editores, 1980, 79.

2. Neoliberalismo e biopolítica

Sem sombra de dúvida, um dos cursos intrigantes de Michel Foucault é justamente *Naissance de la biopolitique*, ministrado no ano letivo de 1978/79. Em princípio, aparentemente, o que causa alguma intriga é que o curso não cumpre o que promete, a saber, fornecer uma leitura genealógica que explique o nascimento da biopolítica, principalmente tomando como ponto de partida uma recapitulação de diversos aspectos considerados no curso anterior de 1977/78, *Sécurité, territoire, population*. Em segundo lugar, logo após tais considerações passa a se concentrar no advento do liberalismo, principalmente entendido como «quadro geral da biopolítica»,² como Foucault observa num longo trecho não citado durante a aula de 10 de janeiro de 1978, mas de conhecimento dos leitores daquele curso. O que se entender por essa afirmação? De que o liberalismo pode ser entendido como quadro geral da biopolítica. Em linhas gerais, comumente tal afirmação é entendida como: (a) o liberalismo fornece um quadro de inteligibilidade à biopolítica; (b) para compreender criticamente a biopolítica, faz-se necessário estudar o liberalismo, pelo menos desde o século XIX.³

No entanto, se comparado com o corpo textual produzido por Foucault, este curso destoa por algumas razões. Uma das mais marcantes é que *Naissance de la biopolitique* se volta, do ponto de vista do recorte histórico, à contemporaneidade do século XX, ao ponto de nas últimas aulas, Foucault se concentrar no nascimento do *homo oeconomicus*, figura marcante a partir do neoliberalismo, principalmente aquele engendrado na Escola de Chicago, da qual Gary Becker é talvez um de seus representantes mais radicais ao mesmo tempo que considerado exemplarmente por Foucault no citado curso. Para entender a aparente natureza inusitada do propósito, é preciso situá-lo como parte de um projeto mais ampliado de investigação genealógica da formação das racionalidades e das tecnologias de governo.

Deste modo, pode-se entender sua investigação sobre o liberalismo e o neoliberalismo como esforços interpretativos do modo pelo qual a liberdade toma parte de uma tecnologia de governo, ou ainda mais precisamente, como tecnologia de condução de condutas. Assim, o que fascina Foucault é como tais correntes de pensamento econômico-político foram hábeis em produzir um éthos, mediante condições de aceitabilidade, donde os indivíduos se experimentam como sujeitos livres e, por isso governáveis. Qual é esse éthos? A de que os indivíduos, os sujeitos, devem ser empreendedores e empreendimentos de si mesmos em função de seu capital.

O que sobressai então ao texto? A insistência no acontecimento histórico de uma outra modalidade de racionalidade política, diversa tanto da soberania, calcada em estratégias jurídicas, ou daquela da disciplinarização individualizada

2 FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*. Cours au Collège de France. 1978-1979. Paris, Gallimard, Seuil, 2004, 24.

3 SENELLART, Michel. «Situation du cours», in : FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*. 2004, 333.

dos corpos. Uma nova racionalidade política que tem não na financeirização, pura e simples, da realidade da vida e por aí do indivíduo, sua peculiaridade, mas o esforço complexo ao mesmo tempo que paradoxal – veremos rapidamente porque – de colocar a economia política como princípio de limitação interna da razão governamental, isto é, não perguntando por sua legitimidade, jurídica ou moral, mas atentando aos seus efeitos sobre as pessoas, submetidas à demarcação do verdadeiro e do falso⁴ como um novo regime de verdade que se vê formar a partir do século XVIII e que Foucault se concentra a estudar a partir do ordoliberalismo alemão – isto é, de uma racionalidade que nos chega até hoje (pelo menos até 1979, quando Foucault pronunciou tais aulas) que tem como motivador «esse novo tipo de cálculo que consiste em dizer e em fazer o governo dizer “aceito, quero, projeto, calculo que não se deve mexer em nada disso?” Pois bem, acho que é isso que se chama, em linhas gerais, “liberalismo”.» (Foucault, 2008, p. 28). Ou como Foucault observa no resumo do curso, de tomar o liberalismo «como princípio e método de racionalização do exercício de governar [...] que obedece [...] à regra interna da economia máxima»,⁵ ao que acrescenta logo a seguir

O liberalismo, por sua vez, é atravessado pelo princípio “sempre se governa demais”, ou pelo menos, sempre se deve suspeitar que se governa demais. [...] Ela não deve se interrogar apenas sobre os melhores meios de alcançar seus efeitos (ou os menos custosos), mas sobre a possibilidade e a própria legitimidade do seu projeto de alcançar efeitos. A desconfiança de que sempre se pode estar governando demais é habitada pela questão: por que então seria preciso governar? [...] Ou seja: o que é que torna necessário que haja um governo e que finalidades deve ele perseguir, em relação à sociedade, para justificar sua existência.

Ao que ele conclui como proposta analítica: «Em vez de fazer da distinção Estado/sociedade civil um universal histórico e político que pode permitir interrogar todos os sistemas concretos, pode-se tentar ver nela uma forma de esquematização própria de uma tecnologia particular de governo».⁶ Portanto, a busca por um Estado – ou melhor, um governo – mínimo, mas não por que nada faz aos indivíduos, e sim porque o faz de modo eficazmente ótimo, dispendendo o mínimo de esforço de intervenção.

Como essa tecnologia se resolve? Em linhas gerais, parcialmente talvez, com a exigência do *laissez faire*, provavelmente dita por Le Gendre a Colbert, e citado pelo Marquês d’Argenson, ou mais ainda o *quieta non movere* (“não se deve tocar no que está quieto”) de Walpole – talvez também como outra expressão a qual Foucault curiosamente não recorre, *noli me tangere*.⁷ Estas expressões, comumente

4 FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*, 26.

5 FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*, 432.

6 FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*, 433s.

7 BROSSAT, Alain. *La démocratie immunitaire*. Paris, La Dispute, 2003, 10.

tomadas como fórmulas de aversão ao Estado, mas encaradas por Foucault como prenunciadoras emergente dessa nova racionalidade política que tem na autorregulamentação econômica seu princípio de existência. Como ele se faz possível? Pela assunção de uma naturalidade própria à existência das coisas e dos indivíduos, pela inscrição no real dessa dissimetria entre o político e o econômico,⁸ de tal modo a tomar o econômico como princípio de inteligibilidade, crítica e reguladora, do político, seu «fiel da balança» por assim dizer.

3. Sobre o conceito de mercado-natureza

É na configuração, na formação histórica da noção do *homo oeconomicus*, que este princípio de inteligibilidade chega a seu cume, uma vez generalizado – principalmente pelos neoliberais norte-americanos e dentre eles merece destaque Gary Becker – à toda vida social, exemplificados pela análise do casamento, na educação dos filhos e da criminalidade.⁹ Ora, a aula de 28 de março de 1979 é interessante pela análise do paradoxo inerente à tese do *homo oeconomicus*, pois se por um lado é aquele que do ponto de vista de uma teoria do governo não se deve mexer, é ao mesmo tempo aquele que é «eminentemente governável».¹⁰ Ora tal governo se dá não de modo direto e imediato, mas sempre pelo crivo mediador do ambiente e da realidade em torno desse «novo» homem. Diz Foucault:

O *homo oeconomicus* é aquele que aceita a realidade. A conduta racional é toda conduta sensível a modificações nas variáveis do meio e que responde a elas de forma não aleatória, de forma portanto sistemática, e a economia poderá portanto se definir como a ciência da sistematicidade das respostas às variações do ambiente.¹¹

Ou seja, se há uma possibilidade de ação governamental sobre os indivíduos encarados por sua natureza econômica, ela se dá a partir de uma ação direta não sobre eles propriamente, e sim sobre o ambiente em que habitam e que de algum modo são obrigados a aceitar como realidade.

E como o neoliberalismo de Becker pôde chegar a esta tese sobre a relação entre o homem, empreendimento e empreendedor de si mesmo? Pela radicalização de uma tese sobre o mercado que começou a se elaborar desde o alvorecer do liberalismo, a saber, a de que o mercado é identificado com a natureza, de que o mercado é natureza e de que a natureza (como meio ambiente) é o mercado. O mercado que deixa de ser espaço de jurisdição de um governante e passa a ser espaço de verificação. Para se tornar espaço de verificação, os economistas liberais precisavam admitir como numa axiomática a tese do mercado-natureza,

8 FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*, 27.

9 FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*, 365s.

10 FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*, 369.

11 FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*, 368.

de que obedece «mecanismos “naturais” [as aspas são de Foucault], quer dizer, a mecanismos espontâneos», ou ainda, que «o mercado, quando se lhe deixa atuar em si mesmo em sua natureza, em sua verdade natural [...]».¹²

Para que o mercado se configure como tal espaço revelador de uma verdade, de si mesmo e das ações governamentais do Estado, é necessário, portanto que ele se torne realmente uma natureza, e como tal, não apenas um objeto sobre o qual se pode e deve cientificamente compreender, mas, curiosamente, balizar uma prática política, estatal ou governamental como verdadeiramente adequada ou não, isto é, ajustada ou não, às leis inerentes ao mercado-natureza. Este presumido axioma autorizou as análises e críticas liberais às formas e ações governamentais desde não sua legitimidade, mas desde dentro, ou seja, desde a eficácia de seu funcionamento: a assunção do axioma do mercado-natureza não é uma negação do Estado e do governo, mas um modulador de seus limites com vistas a obter uma maior e pontual eficácia, indexada pelo princípio da utilidade,¹³ portanto, cujo critério fora dado pela noção de interesse;¹⁴ afinal, segundo os economistas liberais é o interesse que regula todo o processo de troca entre os indivíduos dentro do mercado. Em outras palavras, podemos dizer que o mercado nada mais é que o espaço topológico das interações e trocas entre os interesses individuais. O que, curiosamente, implica em ter que admitir que no âmbito natural das trocas no mercado, o que prevalece como condição prévia é de que os interesses individuais são todos equivalentes, isto é iguais, entre si. Portanto, não é a liberdade que está em questão neste momento, mas sim a igualdade. O problema da liberdade parece só ganhar destaque à medida que se depara com o problema e a necessidade de limitação do poder governamental.

Como o axioma do mercado-natureza haverá de se configurar e constituir no neoliberalismo? Provavelmente pela transmutação do tema do interesse em capital humano. Ora, a tese do Capital Humano, que segundo Foucault, ganhou força na primeira metade da década de 1970 se caracteriza epistemologicamente, a partir de um abandono, ou de uma inversão ou talvez apenas de um desfoque (quicá ainda um desinteresse?) dos temas caros aos economistas desde Adam Smith até o início do século XX, de tal modo que os neoliberais (num estágio histórico mais próprio a Becker e outros de sua geração) se voltam ao «estudo da natureza e das consequências do que eles chamam de escolhas substituíveis»¹⁵ em função da raridade de recursos a serem consumidos. Com Becker, a Tese do Capital Humano se transforma na tese da satisfação do consumidor. E neste sentido, há algo como um retorno ao *homo oeconomicus*, pelo qual os indivíduos são tomados como empreendedores de si mesmos cuja característica principal é a consumação dos recursos que consegue dispor e que assim obtém sua própria satisfação; por

12 FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*, 33.

13 FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*, 42 e 45.

14 FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*, 46.

15 FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*, 228.

isto a empresa humana é a produção da satisfação do que consome.¹⁶ Neste sentido, tudo o que obtém e de que pode dispor para sua satisfação constitui seu capital.

Admitindo a dupla natureza do capital, de que é composto de elementos que são inatos e outros que são adquiridos, implica sempre na admissão de que a sociedade deve sempre por a si mesma o problema do melhoramento do capital humano, de sua mobilidade, de sua inovação, donde a grande questão pode ser resumida numa inversão da economia clássica: enquanto para Smith e seus «herdeiros» é o problema do aumento de investimento material, das riquezas, para os neoliberais, a questão reside na «modificação do nível e da forma do investimento em capital humano»,¹⁷ o que implicou numa nova forma de análise econômica, não mais restrita aos temas clássicos da economia, mas a uma ampliação do alcance de suas análises em direção aos fenômenos que até então eram tomados como não-econômicos, em outras palavras, uma atenção econômica ao social, sem realmente reduzi-la a instâncias econômicas. Como Foucault mesmo observa, o indivíduo, o sujeito como um todo não é (apenas) um homem econômico, mas a categoria do *homo oeconomicus* fornece uma baliza de inteligibilidade que permite aos economistas neoliberais pensarem e interpretarrem todo e qualquer comportamento. E mais, que permitirá tomar todo e qualquer comportamento individual como governalizável. É o caso da análise do crime, por exemplo. Como defini-lo? Foucault o diz:

É uma conduta, é uma série de condutas que produzem ações, cujas ações de que os autores esperam um proveito, são afetadas por um risco especial que não é simplesmente aquele da perda econômica, mas aquele do risco penal ou ainda desta perda econômica que é infligida por um sistema penal. O sistema penal mesmo se voltará então não a criminosos, mas a pessoas que produzem este tipo de ação. Dito de outro modo, ele terá que reagir a uma oferta de crime.¹⁸

Esta reação é a eliminação do crime? Não. É sua regulação. A sociedade, pelo seu sistema penal, não deve eliminar toda forma de crime ou de ilegalismo, mas regulá-los, de modo a permitir algum equilíbrio estrutural dos fenômenos anômicos inerentes à ela mesma (curioso que o texto não cite a teoria durkheiminiana da anomia social...): «A política penal tem por princípio regulador uma simples intervenção sobre o mercado do crime e em relação à oferta do crime».¹⁹ Ora, assim sendo, o velho tema liberal do *laissez faire* ganha novos e talvez até inusitados contornos... Afinal, o mercado entendido como natureza não é neste contexto algo intocável, ainda que preserve sua condição axiomática de baliza para a sua verificação e para toda jurisdição sobre sua governabilidade.

16 FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*, 232.

17 FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*, 238.

18 FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*, 258.

19 FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*, 261.

O governo, a partir da política penal – caso específico ao mesmo tempo que emblemático, basta lembrarmos da *Doutrina do Direito* de Kant, de 1797²⁰ – não é uma ação sobre os indivíduos, não é uma relação entre governantes e governados. É outra *coisa*. É a ação sobre o meio que ambienta os indivíduos-empresendedores de si mesmos e de ações que toma para obter sua satisfação, que é atravessada em casos-limites como a dos crimes e ilegalismo pela questão sobre o que é tolerável e sobre o que é intolerável não tolerar. Quer dizer, a partir da análise da ação penal (que podemos tomar aqui como caso-limite) é uma «ação ambiental» que permite a caracterização da sociedade como sistema de «otimização dos sistemas de diferença no qual o campo [isto é, o mercado-natureza-meio ambiente] será deixado livre aos processos oscilatórios». ²¹ Mas eis o paradoxo: deixar livre o campo às oscilações, isto é, a toda e qualquer ação passível de ser entendida em termos econômicos, inclusive os ilegalismos, não quer dizer ausência de alguma intervenção ou de ação reguladora: não será uma ação «do tipo de assujeitamento interno dos indivíduos, mas uma intervenção de tipo ambiental»,²² donde, talvez o quadro de inteligibilidade própria à biopolítica que Foucault anunciava na parte não ditada da primeira aula deste curso.

O *homo oeconomicus* que, segundo Becker, é aquele que aceita a realidade é aquele indivíduo cujas ações podem ser entendidas como respostas não aleatórias às variáveis e modificações do meio. Ora, ainda segundo Becker, as modificações do meio são introduzidas artificialmente ao meio. E portanto, como tal meio corresponde ao mercado-natureza, ele não aparece mais como a instância indelével e intocável, mas como a própria instância plástica e plasmável das ações e governos. É por isso que a partir de então e de modo inequívoco o *homo oeconomicus* como aquele que é eminentemente governável, «como o correlato de uma governamentalidade que vai agir sobre o meio e modificar sistematicamente

20 Cf. NALLI, Marcos. «A Doutrina do Direito de Kant: um esboço de interpretação semântica». *Revista Ética & Filosofia Política*. Volume 5, Número 2, Março/2003, 17: « Em termos mais gerais, a coerção é o poder de garantir a liberdade em sua conformidade às leis gerais da razão, diante de qualquer ameaça a esta conformidade. Mais do que isso: a coerção é deduzida na argumentação kantiana toda vez que é levantada a hipótese de lesão – não propriamente da possibilidade da lesão, mas do ato efetivo de lesar – da liberdade; o que permite supor que a faculdade de coagir consiste não apenas em resistir às ameaças da liberdade, mas também em restabelecer – uma vez tendo ocorrido a lesão – a liberdade, de forma análoga ao princípio natural da ação e reação (MdS, p. 224). Ora, a liberdade, enquanto autonomia, consiste no fato de que ela é deduzida tanto da consciência da lei moral quanto de seu sentimento de respeito para com ela (cf. PU, § 202). Considerando isto, a lesão consiste num rompimento da conformidade da liberdade à lei moral. Não importando os motivos que desencadearam a lesão, ela é um ato externo do arbítrio. A faculdade de coagir a lesão – dada externamente – consiste em restabelecer aquela conformidade. Mas em que termos? Eis a nossa hipótese: com a lesão, a ruptura da conformidade da liberdade para com a lei se dá não na consciência ante a lei, mas no sentimento (Gefühl) de respeito à lei. Quem lesa, a despeito de determinar se o faz com culpa ou dolo, lesa tendo consciência da lei, mas desrespeitando-a, no sentido que em seu ato de lesar, deixa de segui-la e de agir em conformidade com ela (perdendo, inclusive, assim, sua autonomia). O que a faculdade de coagir faz é restabelecer este sentimento de respeito para com a lei.» Ora, o que esta passagem sugere, para além da interpretação hermenêutica da Doutrina do Direito de Kant, é que sua proposta é bastante coerente com o que seu assistiu historicamente nas reformas penas liberais europeias, e que mais do que apontar para o indivíduo, indica a coação, isto é, o governo está voltado às ações e à natureza dessas ações, seja no plano individual seja em sua interação com um plano maior, ambiental, qual seja o sistema de relações sociais como relações econômicas.

21 FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*, 265.

22 FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*, 265.

as variáveis do meio».²³ Ainda que ele seja sempre encarado como um átomo de liberdade, sua liberdade é compreendida como a possibilidade de escolhas de ação a partir das variáveis dadas pelo meio, ainda que ele possa interagir com tais variáveis.

4. Contrapontos foucaultianos à tese neoliberal do *homo oeconomicus*

Se seguirmos as estratégias de Foucault no curso, o próximo passo a se dar é a questão, o lugar e estatuto da sociedade civil para poder retornar a aquela sobre a governamentalidade. Foucault considera a sociedade civil como a instância de referência sobre a qual se exerce a arte de governar. Afinal, segundo ele, há uma indissociabilidade entre o *homo oeconomicus* e a sociedade civil, formando «o conjunto da tecnologia da governamentalidade liberal».²⁴ Ora, o que chama a atenção à primeira vista, é que Foucault introduz um corte abrupto em suas lições: o material de análise então utilizado passa a ser mais «antigo», isto é, concentrando-se sobre documentos/monumentos cujos acontecimentos datam do século XVIII para explorar a formação e emergência da «sociedade civil». O que sugere de entrada uma espécie de anacronismo historiográfico. De fato, como Foucault observa na lição de 28 de março de 1979, o conceito de *homo oeconomicus* como elemento de base para a nova razão governamental – isto é, o liberalismo – aparece também no século XVIII, o que coloca em linha de coincidência histórica com o conceito de sociedade civil à medida que é dotado diante do poder de uma intangibilidade, um elemento não político, não captado e apreendido nas tramas do poder. E mais, em função de sua intangibilidade, o conceito de *homo oeconomicus* constitui-se no elemento fulcral pelo qual se critica e regula o poder de Estado, passando ao largo da crítica de feição jurídica e se concentrando numa discussão de matiz estritamente econômica, tendo na noção de sociedade civil, seu correlato jurídico-político. Assim, os dois conceitos são coetâneos, mas não se tocam, não se irmanam e coincidem tematicamente, apenas se aproximando em seu ponto de crítica ao governo estatal, cabendo à noção de *homo oeconomicus* e por meio dela a noção de mercado um limitador do exercício de poder do Estado e do soberano.

Ora, a partir do neoliberalismo, donde Becker ocupar lugar exemplar ainda que não seja uma unanimidade, o *homo oeconomicus* se caracteriza justamente por aquele que é, a partir das variáveis de seu meio, eminentemente governável.²⁵ Ele continua escapando das garras e das sanhas governamentais do Estado, mas apenas pelo fato de que há uma perfeita dissociação entre as noções de Estado e governo, pela qual o alcance ontológico-semântico e político do governo é bem

23 FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*, 274.

24 FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*, 300.

25 FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*, 274.

mais amplo que o do Estado: no neoliberalismo, o *homo oeconomicus* continua intangível ao Estado, mas apenas porque foi capturado em outras redes político-governamentais, mais amplas e sutis que as da instituição estatal.

Como se deu, segundo Foucault, essa sutil diferenciação entre a velha noção, liberal, de *homo oeconomicus* e a nova, atual (ainda a nossa, diga-se), neoliberal donde a definição de Becker se faz exemplar? Ela se dá no exato ponto em que, pela noção de sociedade civil, não se rende mais deferência ao velho modelo jurídico-político do soberano e do sujeito de direito e tampouco se preserva a irredutibilidade à política do *homo oeconomicus* e do mercado; antes se cria o ponto de clivagem destes últimos em direção a uma nova forma de governo que passa justamente pela noção e tencologia da sociedade civil:

A sociedade civil não é uma ideia filosófica. A sociedade civil é, eu creio [isto é, diz Foucault], um conceito de tecnologia governamental, ou antes é o correlato de uma tecnologia de governo cuja medida raciola deve se indexar juridicamente a uma economia entendida como processo de produção e troca [...] Então, *homo oeconomicus* e sociedade civil fazem parte do mesmo conjunto, é o conjunto da tencologia da governamentalidade liberal.²⁶

Qual a função maior da sociedade civil, este elemento de realidade transacional,²⁷ senão a de se apresentar como elemento limitador do poder soberano? Para isto, Foucault resgata sinteticamente o ensaio de Adam Ferguson, *Ensaio sobre a história da sociedade civil* [*An Essay on the History of Civil Society*], de 1783,²⁸ contemporâneo da *Investigação sobre a riqueza das nações* [*An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*], 1776, de Adam Smith. Foucault aponta para algumas características da sociedade civil, tal como expressa por Ferguson: Primeiramente a sociedade civil é um dado, uma constante natural cuja existência é primeira e nada lhe precede, em oposição à tese hobbesiana do estado de natureza, e que não há qualquer antecedência entre ela e o indivíduo. Em segundo lugar, a sociedade civil assegura a síntese espontânea dentre os indivíduos, prescindindo de qualquer artifício contratual, de supressão e delegação de direitos naturais, de tal modo que o que liga os indivíduos às relações sociais é uma espécie de «interesse desinteressado» e, pois, garante assim uma condição comunitária à sociedade civil. Em terceiro, a sociedade civil «é uma matriz permanente de poder político»,²⁹ de tal modo que o poder político é inerente à sociedade civil e ao indivíduo desde o começo; é-lhes um traço constitutivo e não derivativo. A quarta característica é que, se valendo anacronicamente de uma expressão não utilizada por Ferguson, a sociedade civil é como o motor da história, em função daquela espontaneidade das relações dos indivíduos que os ligam entre si e que dá equilíbrio à sociedade.

26 FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*, 299-300.

27 FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*, 301.

28 Embora Foucault cite esta data, a primeira edição é de 1767.

29 FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*, 307.

Mas como este motor da história se realiza, como a história se torna traço inerente da própria evolução da sociedade e movida por ela? Por um processo cego, ou de cegamento, de realização do equilíbrio social a partir da satisfação dos interesses egoístas dos indivíduos, que vai ao menos esquematicamente modificando as relações sociais dos indivíduos no devir histórico, principalmente, em seu último estágio, incorporando às relações sociais elementos econômicos e que, assim implica novas estratégias governamentais, aos indivíduos, às suas relações sociais, à sociedade civil como um todo. Se é possível conceber estratégias governamentais aos indivíduos como *homo oeconomicus*, como é o caso da proposta de Becker, isto se dá pelo modo como já no século XVIII, Ferguson teorizou a sociedade civil, articulando em um um de seus estágios históricos, as relações econômicas motivadas e indexadas pelo interesse, mais precisamente pelo interesse egoísta. O indivíduo como tal já não é o sujeito de direito; é sim o sujeito de interesse, donde a economia é a via pela qual se realiza e satisfaz seus interesses.

É neste contexto da primazia da sociedade civil, inclusive em um plano histórico engajado aos interesses dos indivíduos, que o Estado, seu lugar, origem e função se colocam. Qualquer que seja a teoria, o dado fundamental é que o Estado se coloca aí sempre em estado de subordinação e por assim dizer limitado à sociedade civil, não como força opositiva mas como condição antecedente e historicamente primeira. Este modo de encarar introduz um problema todo novo ao tema da limitação do governo, não mais pensado a partir do soberano, daquele que governa, mas daqueles que são governados:

[...] é esta racionalidade dos governados que deve servir de princípio de regulagem à racionalidade do governo. É isto, me parece [isto é, diz Foucault], que caracteriza a racionalidade liberal: como regular o governo, a arte de governar, como [fundar] o princípio de racionalização da arte de governar sobre o comportamento racional daqueles que são governados.³⁰

Ora, o texto sugere sutilmente algo que às vezes parece se negligenciar: Foucault não está, neste ponto do curso, fazendo um elogio ou um panegírico do neoliberalismo. Ele está situando historicamente o acontecimento do liberalismo (clássico) numa história da racionalidade do governo, em oposição às teorias contratualistas, principalmente Hobbes, e também às clássicas teorias da soberania, pelas quais se pensam o que é o governo. Sua singularidade histórica está em ter, com Ferguson, oferecido pela primeira vez uma teoria do governo na qual o ponto de referência não é mais o soberano e sim os governados. Não deixa de ser interessante que no último parágrafo do curso Foucault considera genericamente as múltiplas formas e proposições da arte de governar, reconhecendo seu conflito, mas apenas uma ele cita de modo específico, o marxismo, ainda que, como bem sabemos, esta palavra, marxismo, designa uma miríade de teorias, de pensadores e

30 FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*, 316.

de ativistas.³¹ Talvez convenha lembrar que mesmo Marx³² reconheceu a natureza originariamente revolucionária da burguesia diante do velho poder soberano da realeza monárquica e feudal. Não seria isto equivalente, ainda que enviesado, a um reconhecimento marxiano dos méritos da teoria da sociedade civil de Ferguson, somente lhe divergindo por pensar a sociedade em termos de uma relação de conflito e da tese da luta de classes,³³ tese que aliás, Foucault já a havia interpretado à luz do tema da guerra das raças.³⁴

O que se tem com o neoliberalismo, principalmente aquele da Escola de Chicago e notadamente em seu polêmico representante Gary Becker, é algo diverso. Não se trata de pensar o *homo oeconomicus* como referência às práticas governamentais como o fora no liberalismo, mas como “objeto” moldável, maleável, governável. O indivíduo, para Becker, é um sujeito de interesse, e seus interesses não são desinteressados mas sim egoístas. Sua cegueira, no entanto, não o leva a uma existência social equilibrada ante os demais indivíduos de modo espontâneo. O equilíbrio social parece ter que ser modelado. É neste contexto que o papel da natureza se faz ponderante: o mercado como meio ambiente é o *locus* sócio-econômico por excelência onde o indivíduo, egoisticamente, empreende sobre si mesmo, de modo a potencializar seu capital. Mas isto não lhe confere uma autonomia e liberdade ante o mercado como seu meio, ou ao governo estatal. Claro, há uma substância livre no indivíduo, mas não como uma refração às ações governamentais externas, ou como uma existência pré-estabelecida e apriorística às relações sociais e econômicas. Antes sua natureza substancial decorre de sua maleabilidade e ductibilidade ante o meio no qual está imerso. Enquanto em Ferguson, indivíduo e sociedade civil eram coetâneos, em Becker e sua teoria do capital humano, o indivíduo e a totalidade de suas ações, efetivas e possíveis, são considerados em função das relações consequenciais provindas do mercado como meio ambiente que modela tais ações. O neoliberalismo, pelo menos na versão da Escola de Chicago e principalmente com Gary Becker, parece desconsiderar alguma relevância política à sociedade civil, ou ao menos a reduzir às

31 HOBSBAWN, Eric J. *História do marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983, 14.

32 Na verdade, Marx e Engels. Eles admitem a natureza revolucionária da burguesia no *Manifesto Comunista*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2010, 42-43: «A burguesia desempenhou na História um papel iminentemente revolucionário. Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Rasgou todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus “superiores naturais”, para só deixar substir, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duras exigências do “pagamento à vista”. Afogou os fervores sagrados da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas duramente, por uma única liberdade sem escrúpulos: a do comércio. Em uma palavra, em lugar da exploração dissimulada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, direta, despudorada e brutal. [...] A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. [...] Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens.»

33 MARX, Karl & ENGELS. *Manifesto Comunista*, 40.

34 FOUCAULT, Michel. *Il faut défendre la société. Cours au Collège de France*. 1976. Paris, Gallimard, 1997, 19, 52 e principalmente 69.

relações econômicas que sempre são consideradas primeiramente em termos de relações entre os interesses egoístas dos indivíduos situados no mercado, como o meio natural de sua existência e ação.

A retomada “anacrônica” de Foucault ao tema da sociedade civil na última aula do curso é interessante pois ela sutilmente sugere um contraponto político à teoria neoliberal do capital humano de Becker e sua redução do *homo oeconomicus* a mero empreendedor de si, cuja governamentalidade se dá a partir das alterações artificiais ao seu meio. O que a abordagem neoliberal parece desprever é justamente a carga política que se punha no liberalismo clássico. A situação agônica que se punha à época de Ferguson entre Estado e sociedade civil – e que parece ser o cerne mesmo da política – não se faz presente com o neoliberalismo da Escola de Chicago e com Becker, limitado apenas a estabelecer estratégias governamentais a um indivíduo que, incitado e convencido de sua autonomia empreendedora e, por isso livre, se encontra entregue às vicissitudes controláveis e, por isso administráveis, de seu meio natural, isto é, o mercado.³⁵

Ao contrário de um anacronismo «convencional», ainda que controlado, como sugere Nicole Loraux,³⁶ a saber, de uma análise do passado enviesada por conceitos e categorias do presente, Foucault parece fazer, durante a maior parte do percurso de seu curso, uma análise do presente, isto é, do neoliberalismo com base em seus próprios elementos constitutivamente modernos para, quase que inesperadamente retornar ao passado, retornar a um dos momentos fundadores do liberalismo. E aí reside um ponto sem dúvida temerário, mas que a incompletude motivada pela demanda de concluir aquele curso de 1979 permite suscitá-lo: Foucault, após concluir suas análises sobre o neoliberalismo, desde o ordoliberalismo alemão até ao anarcoliberalismo da Escola de Chicago, principalmente com Becker retorna à análise de Ferguson e da formação do conceito de sociedade civil. Aí está o primeiro movimento de seu anacronismo, naquele sentido dado por Loraux, não se valendo realmente de algum conceito, mas provavelmente de alguma problemática, ainda que não explicitamente anunciada naquela última aula, a 4 de abril de 1979, uma problemática eminentemente atual. Esta problemática, creio, só é claramente enunciada ao término do curso, já ao fim da aula, sugerindo o segundo movimento de seu anacronismo, qual seja, a de iluminar o tempo presente com elementos oriundos do passado, evidenciando uma linha de descontinuidade histórica entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo. Essa linha de descontinuidade é dada justamente pela análise da sociedade civil, elemento fulcral no liberalismo do século XVIII, mas pelo menos em Becker, ausente. É como se Foucault apontasse para este elemento perdido, para o que ele implica, e que talvez ainda tenha que se fazer patente:

35 FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*, 274; cf. também CANDIOTTO, César. «A regulação da vida pela biopolítica: a leitura foucaultiana da teoria do capital humano de Gary Becker». In: CANDIOTTO, César & OLIVEIRA, Jelson. *Vida e liberdade: entre a ética e a política*. Curitiba, PUCPRESS, 2016, 391.

36 LORAUX, Nicole. «Elogio do anacronismo». In: NOVAES, Aduino (org.). *Tempo e história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, 61.

São todos essas diferentes artes de governar [...] que vão fazer, a grosso modo, o objeto do debate político após o século XIX. Que é a política, finalmente, senão ao mesmo tempo o jogo dessas diferentes artes de governar com seus diferentes indexações e o debate que essas diferentes artes de governar suscitam? É aí, parece-me, que nasce a política.³⁷

O problema para Foucault, portanto, não é econômico e sequer é da arte de governar neoliberal, mas o problema do nascimento da política, de seu nascimento e de sua permanência no campo agônico das disputas dentre as artes de governar e dos debates que suscitam. No momento que parece prevalecer, tal como uma hegemonia de uma destas artes – a neoliberal – o que se assiste é o recrudescimento mesmo da política como disputa e como debate. Por isto talvez, ainda em 1978, em «La philosophie analytique de la politique», Foucault pôde dizer que:

O grande problema que foi apresentado para a maioria dos pensadores e filósofos do início do século XIX era [...] como essa produção de riquezas pode ser acompanhada da pauperização absoluta ou relativa (isto é uma outra questão) daqueles mesmos que a produzem? Não digo que esse problema da pauperização dos que produzem a riqueza, da produção simultânea da riqueza e da pobreza tenha sido totalmente resolvido no Ocidente nesse final do século XX, mas sim que ele não se coloca mais com a mesma urgência. Ele se encontra duplicado por um outro problema, que não é mais aquele da escassez de riquezas, mas o do excesso de poder.³⁸

Contra este excesso de poder,³⁹ Foucault observa e sugere, ainda ao fim do mesmo artigo, a necessidade premente das lutas dos indivíduos, plurais ao mesmo tempo que singulares, bem situadas em problemáticas específicas, mas que têm todas uma característica comum, a natureza paradoxalmente individualizante do poder ao mesmo tempo que é burocrática e estatizante. Lutas estas que não se confundem com as lutas revolucionárias, a Revolução que, segundo ele «é essencialmente o que constitui o poder econômico...»⁴⁰

Por esta oposição entre tais lutas singulares e a luta revolucionária, gostaria de propor ainda outro contraponto, desta vez externo à arquitetura discursivo-

37 FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*, 317.

38 FOUCAULT, Michel. « La philosophie analytique de la politique », in: *Dits et Écrits*. Tome III. Paris, Gallimard, 1994, 536.

39 É interessante observar que para exemplificar esse excesso de poder, Foucault argumentará sobre a herança liberal do stalinismo e do fascismo. Diz ele explicitamente: «É Essa experiência [que ele havia chamado “duas grandes doenças do poder”] que nos obrigou a pôr a questão do poder. Pois não se pode não interrogar e se perguntar: o fascismo, o estalinismo não eram e não são ainda aí onde eles subsistem, a resposta a conjunturas ou a situações particulares? Ou, ao contrário, é preciso considerar que, em nossas sociedades, existem permanentemente virtualidades de algum modo estruturais, intrínsecos a nossos sistemas, que podem se revelar à menor ocasião, tornando perpetuamente possíveis essas espécies de grandes excrecências de poder, essas excrecências de poder onde os sistemas mussoliano, hitlerista, stalinista, cujos sistema atual no Chile [Será que Foucault soube dos Chicago Boys? Não consegui localizar qualquer elemento que o confirme ou negue], o sistema atual no Camboja, são exemplos, e exemplos incotornáveis.» (FOUCAULT, Michel. « La philosophie analytique de la politique », 536).

40 FOUCAULT, Michel. « La philosophie analytique de la politique », 551.

argumentativa de *La naissance de la biopolitique*, embora lhe seja contemporâneo: os fenômenos que culminaram no que ficou conhecido como a revolução islâmica no Irã. É possível construir alguma alternativa à prática governamental neoliberal focada nesta ideia de uma intervenção ao meio ambiente, que parece se confundir com a sociedade civil, na qual se atinge os indivíduos e suas condutas. Acredito que sim. Mas não estou certo que ela reside na noção de contracondutas. As contracondutas ainda são, somente, outras condutas que em sua condição divergente, seja às normas (num sentido biopolítico e não disciplinar, ainda que não as excluam), seja às práticas de governamentalidades, reguladoras do mercadonatureza, obedecem à lógica propriamente neoliberal.

Acredito poder encontrá-las em um conjunto de eventos que Foucault acompanhou exatamente à mesma época de seu curso. Penso em alguns elementos e algumas tentativas conceituais de Foucault para pensar o acontecimento complexo que conhecemos por Revolução iraniana. Penso primeiramente em noções como espiritualidade política, revolta, sublevação, insubmissão. Estas noções não são exatamente contracondutas, à medida que não se caracterizam por alguma ductilidade similar àquela das condutas diante do meio ambiente natural; não são modeláveis e por isso realmente governáveis. Elas não são, portanto, inteligíveis segundo as mesmas balizas de inteligibilidade da governamentalidade neoliberal.

Em 1978, a convite do jornal italiano *Corriere della Sera*, Foucault põe a cabo seu projeto de um jornalismo de ideias.⁴¹ Dentro deste projeto, ele se concentrou em reportar suas impressões e análises dos múltiplos eventos que culminaram no que ficou conhecido como Revolução Iraniana, em 1979. Durante os acontecimentos que relatou em 1978, Foucault observa inicialmente a ausência de um projeto utópico ou mesmo de um projeto sócio-político, a não ser a exigência contumaz da saída do xá Reza Pahlevi. Por este primeiro aspecto singularizador (mas não apenas por ele, é verdade), Foucault entendia que não aconteceu no Irã uma revolução, mas uma revolta – de mãos nuas; sem uma greve geral, mas com greves eclodindo por todos os cantos, todos exigindo, pelo bem da nação, a queda do xá, de todo seu projeto de modernização política, econômica e social, e sua abertura à laicização e industrialização. Eis aí um primeiro paradoxo em relação ao Ocidente e seu projeto de modernidade: é essa modernização que é coisa do passado, o momento presente requeria um arcaísmo. Ou melhor, um contra-arcaísmo que não necessariamente se traduziria em fanatismo, mas num resgate de um sistema de identidade e de identificação que resguardariam às pessoas dos diferentes segmentos sociais do Irã uma real integração, segurança e senso de pertença coletiva – o que se perdeu com o arcaísmo e autoritarismo laicizante e ocidentalizante do regime do xá Pahlevi.

41 FOUCAULT, Michel. «Les 'reportages' d'idées». In : FOUCAULT, Michel. «Une révolte à mains nues». In : in: *Dits et Écrits*. Tome III. Paris, Gallimard, 1994, 706-707.

Quando Foucault afirma em seu último texto sobre o Irã – «Inutile de se soulever?» – o que ele chamou de sua moral, a saber, «ser respeitoso quando uma singularidade se insurge, intransigente quando um poder infringe o universal»,⁴² ele defende toda a possibilidade de irrupção de singularidades e novas formas de subjetivação, que geralmente ocorrem em movimentos de insurreição, popular e, portanto coletiva ou individual. E era isto que ele via na espiritualidade política que o islamismo representava, e contrastava em relação tanto ao cristianismo ocidentalizado quanto à concepção, também ocidental, da Revolução.⁴³

O aspecto político do islamismo residia no fato de que ele catalisava a possibilidade da desobediência, da não-servidão voluntária, como ação política e ética por excelência, caracterizando-se como modalidade incisiva de ação, não apenas em relação à outrem ou a um regime político inaceitável e ilegítimo, mas também como forma de ação sobre si mesmo, pela qual se constitui novas formas de subjetividade e sociabilidade; a desobediência como forma transgressiva podia lançar os iranianos a novas formas de existência, individual e coletiva. Isto, de algum modo, incomodava o mundo ocidental, pela incerteza, pela «ingovernabilidade» que ela implicava. E que, nas mãos de um grupo, interno ao xiismo, centralizador em termos jurídico-políticos e jurídico-teológico, foi completamente combatida e reprimida; o que não quer dizer extinta.

O aparente anacronismo da referência a que aconteceu no Irã naqueles anos se deve ao fato de que, aos olhos de um ocidental, aqueles acontecimentos atritavam diretamente contra tudo que havia de moderno e de valor maior a um ocidental; não à toa podem ser chamado de fanáticos.⁴⁴ Mas o que os movimentos de sublevação iranianos revelam a Foucault é que eles se interpõem de modo inusitado a todo um conjunto de ações governamentais e políticas, principalmente o modo como no governo de Pahlevi se misturou modernidade aos moldes europeus com corrupção política, constituindo o modo de ser mesmo do governo a ser deposto, à medida que ele personifica o espírito colonial e predatório da ocupação estrangeira:

Um pequeno clã de beneficiários mistura nas empresas de desenvolvimento econômico os direitos de conquistador. E se acrescenta que o governo dispõe de toda renda petrolífera que as companhias estrangeiras lhe deixam, podendo assim se dotar de “sua” polícia, de “sua” armada e assinar os contratos fabulosos e frutíferos com os ocidentais, como não compreender que o povo iraniano vê nos Pahlevi um regime de ocupação? Um regime que tem a mesma forma e a mesma idade que todos os regimes coloniais que escravizaram o

42 FOUCAULT, Michel. «Inutile de se soulever ?». in: *Dits et Écrits*. Tome III. Paris, Gallimard, 1994, 794.

43 FOUCAULT, Michel. «Une révolte à mains nues». In : in: *Dits et Écrits*. Tome III. Paris, Gallimard, 1994, 704; cf. também FOUCAULT, Michel. «Le chef mythique de la révolte de l'Iran». In : FOUCAULT, Michel. «Les 'reportages' d'idées». In : in: *Dits et Écrits*. Tome III. Paris, Gallimard, 1994, 716; e FOUCAULT, Michel. «L'Esprit d'un monde sans esprit». in: *Dits et Écrits*. Tome III. Paris, Gallimard, 1994, 746.

44 FOUCAULT, Michel. «L'Esprit d'un monde sans esprit», 743.

Irã desde o início do século. [...] Hoje, o arcaísmo é seu projeto de modernização, suas armas de déspota, seu sistema de corrupção. O arcaísmo é “o regime”.⁴⁵

Ainda que as análises de Foucault sobre a Revolução Iraniana sejam exteriores ao Curso *Naissance de la Biopolitique*, e o antecedem em alguns meses, o curso dos acontecimentos fez com que se tornassem de algum modo contemporâneos. Mesmo que os temas não sejam diretamente análogos, é razoável pô-los em relação. Eles se tocam à medida dos interesses foucaultianos de, esforçando por pensar o presente criticamente, constituir elementos críticos a estruturas e práticas então estabelecidas e naturalizadas. Naquele momento contra estratégias governamentais que em nome da liberdade buscaram viabilizar formas sutis e ao mesmo tempo eficazes de controle, de governamentalidade. A importância da análise da teoria do capital humano, de Becker, está em permitir perceber que a liberdade como empreendimento de si se dá a partir de um sistema elaborado de controle e governo do mercado, não mais como uma natureza que funda uma verdade, mas como uma natureza encarada como meio ambiente, um ambiente modelável e que, por aí, se possibilita a modelagem das condutas dos indivíduos, ainda que livres.

O resgate da teoria liberal da sociedade civil parece indicar, anacronicamente, que há um jogo político que talvez deva ser preservado ou então resgatado à medida que possibilita uma consideração da condição do indivíduo como político, como potência contrapositiva a poderes instituídos como o Estado soberano. As luzes que Foucault lança ao que foram os movimentos que culminaram na Revolução Islâmica no Irã, também anacronicamente, parece indicar para o fato de que as ações não se configuram necessariamente em quadros pré-estabelecidos de condutas e contracondutas, modeláveis desde o exterior dos indivíduos, mas que, ainda que ocorram tais modelagens, elas não bastam para garantir plena governabilidade das ações. Há sempre algum resíduo de inesperado, de inusitado, de extemporâneo, que escapa ao previsto, ao controlado; que permite criações de novos modos de vidas:

Com efeito, nós vivemos num mundo legal, social, institucional onde as únicas relações possíveis são extremamente pouco numerosas, extremamente esquemáticas, extremamente pobres. [...] A sociedade e as instituições que constituem a ossatura limitaram a possibilidade de relações, porque um mundo relacional rico seria extremamente complicado para gerir. Nós devemos nos lançar contra esse empobrecimento do tecido relacional. [...] acrescentaríamos aqui que nós devemos nos insurgir contra – o empobrecimento das

45 FOUCAULT, Michel. «Le chah a cents ans de retard». in: *Dits et Écrits*. Tome III. Paris, Gallimard, 1994, 683.

possibilidades relacionais em nossa sociedade, onde as instituições tornam débeis e necessariamente raras todas as relações que se poderia ter com um outro e que poderiam ser intensas, ricas, mesmo se fossem provisórias.⁴⁶

46 FOUCAULT, Michel. «Le triomphe social du plaisir sexuel : une conversation avec Michel Foucault». FOUCAULT, Michel. «Le chah a cents ans de retard». in: *Dits et Écrits*. Tome III. Paris, Gallimard, 1994, 309-311 ; cf. NALLI, Marcos. «Uma Revolta com as Mãos Nuas: a Revolução Iraniana à Luz do Projeto Foucaultiano da Ontologia do Presente». *Revista Portuguesa de Filosofia*, v. 67, p. 143-170, 2011.

5. Referências Bibliográficas

- BROSSAT, Alain. *La démocratie immunitaire*. Paris, La Dispute, 2003.
- CANDIOTTO, César. «A regulação da vida pela biopolítica: a leitura foucaultiana da teoria do capital humano de Gary Becker». In: CANDIOTTO, César & OLIVEIRA, Jelson (orgs.). *Vida e liberdade: entre a ética e a política*. Curitiba, PUCPRESS, 2016, 381-401.
- FOUCAULT, Michel. « La philosophie analytique de la politique », in : *Dits et Écrits*. Tome III. Paris, Gallimard, 1994, 534-551.
- FOUCAULT, Michel. « *Il faut défendre la société* ». Paris: Gallimard; Seuil, 1997.
- FOUCAULT, Michel. «L'esprit d'un monde sans esprit». in: *Dits et Écrits*. Tome III. Paris, Gallimard, 1994, 743-755.
- FOUCAULT, Michel. «Le chah a cents ans de retard». in: *Dits et Écrits*. Tome III. Paris, Gallimard, 1994, 679-683.
- FOUCAULT, Michel. «Le chef mythique de la révolte de l'Iran». In : FOUCAULT, Michel. «Les 'reportages' d'idées». In : in: *Dits et Écrits*. Tome III. Paris, Gallimard, 1994, 713-716.
- FOUCAULT, Michel. «Les 'reportages' d'idées». In : FOUCAULT, Michel. «Une révolte à mains nues». In : in: *Dits et Écrits*. Tome III. Paris, Gallimard, 1994, 706-707.
- FOUCAULT, Michel. «Une révolte à mains nues». In : in: *Dits et Écrits*. Tome III. Paris, Gallimard, 1994, 701-704.
- FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*. Cours au Collège de France. 1978-1979. Paris, Gallimard, Seuil, 2004.
- HOBSBAWM, Eric. *História do marxismo*. Vol. 1. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Nemésio Salles. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- LORAUX, Nicole. «Elogio do anacronismo». In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, 57-70.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. Tradução de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- NALLI, Marcos. «Uma Revolta com as Mãos Nuas: a Revolução Iraniana à Luz do Projeto Foucaultiano da Ontologia do Presente». *Revista Portuguesa de Filosofia*, v. 67, p. 143-170, 2011.

- NALLI, Marcos. A Doutrina do Direito de Kant: Um Esboço de Interpretação Semântica. *Ética e Filosofia Política*, Juiz de Fora/MG, v. 5, n.2, 2003.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. *Textos escolhidos*. Seleção, tradução e notas de Daniél Guérin. Porto Alegre, L&PM Editores, 1980.